

Gaudium et spes, luctus et angor: da cristandade à tempestade. O testemunho de um cristão.

Levo à letra o amável convite que o Padre Tolentino me fez e opto por testemunhar o que se passou comigo, que sou um dos “olhares de dentro da Igreja” presentes neste painel, desde o Concílio Vaticano II até aos nossos dias; constato que os meus dias são também, em grande medida, e nem eu o sabia, os da Encíclica que encerrou o Concílio Vaticano II.

Foi por volta dos meus 16 -18 anos que comecei a sentir mais directa e pessoalmente a ventania conciliar com que o Espírito Santo tinha varrido a Igreja Católica. Conheci a “Gaudium et Spes” sobretudo quando comecei a reunir regularmente no meu grupo da Juventude Escolar Católica, no Porto, no início dos anos setenta (tinha esta encíclica sete-oito anos, pois data de Dezembro de 1965). Vezes sem conta lá vinha à baila, no meio do “ver, julgar e agir”, a necessidade da leitura dos “*sinais dos tempos*”, um apelo do Concílio e uma expressão que equivale a uma atitude que nunca mais deixou de estar presente na minha vida e nas organizações eclesiais onde tenho cooperado. Esta terá sido a primeira das referências ao Concílio de que tenho memória.

Estávamos em 1972 e 1973: o país vivia, exangue, um longo período de obscurantismo cultural e experimentávamos na pele a insuportável ditadura salazarista. Os nossos encontros eram “espiados” e sabíamos que algo de subversivo ocorria sempre que nos reuníamos, em geral na casa dos jesuítas do Porto. Passámos a ter uma intervenção muito activa nas escolas secundárias onde estudávamos e alguns de nós acabamos por ser presos. As palavras da Gaudium et Spes calavam fundo, muito fundo mesmo, no nosso coração e eram muito claras e orientadoras:

“As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu

coração.” A magnífica síntese de abertura da encíclica foi e é ainda hoje, um raio luminoso que nos inspira, a todos os que invocam o nome de Cristo como bússola de esperança e alegria do seu ser e agir, do seu pensar e amar.

Naqueles tempos, em que se respirava nesta nossa terra, em todas as estações do ano, uma mudança que não tardaria, nós sabíamos que tínhamos de trabalhar arduamente para a apressar. Não podíamos ficar de fora para olhar para tamanho atentado político e social à liberdade e à justiça. Depois, nos tempos da III República que se seguiram, tornou-se para nós central a questão da participação dos leigos na política e na Igreja, um assunto que era quase tabu antes do 25 de Abril (e hoje, os jovens nem sequer percebem como o possa ter sido!). Tudo se precipitou; a resposta à pergunta ao: “como é que os cristãos devem participar na política...?” foi: “Sim, já cá estamos!”

Éramos membros da Acção Católica e rapidamente o turbilhão da liberdade e da democracia, da construção de um país renovado, mais justo e fraterno, nos agarrou pela cintura e nos fez entrar numa roda viva, de tal modo que as referências ao Magistério iam sendo apreendidas ao mesmo tempo (o “ver, julgar e agir”) ou até depois de estarmos há muito com as mãos na massa. Os nossos assistentes tinham um papel decisivo nesta matéria e alguns de nós procurávamos estar mais e melhor informados, nomeadamente lendo os documentos do Vaticano II. Mas, nestes tempos de mudança, foi particularmente decisiva, porque nos deu coragem e esperança, (i) a declaração da importância da participação dos leigos nas “realidades terrenas”¹, dotadas de autonomia, e o reconhecimento do papel da ciência como algo que não se opõe à fé católica, (ii) a afirmação do papel específico dos leigos na polis e a questão da participação política pluripartidária dos cristãos.

Quanto à primeira, cito apenas algumas breves passagens:

¹ Nunca percebi bem esta linguagem da hierarquia da Igreja, que trata como de terceira ou quinta categoria tudo o que é do “mundo” e “mundano”, essa coisa horrenda, que é oposta a Deus e ao Seu Reino, e na qual os leigos são chamados, coitados, a intervir, certa e inexoravelmente para acabarem com ela e... com a sua autonomia. Não para a entenderem, mas para ...

“Se por autonomia das realidades terrenas se entende que as coisas criadas e as próprias sociedades têm leis e valores próprios, que o homem irá gradualmente descobrindo, utilizando e organizando, é perfeitamente legítimo exigir tal autonomia. Para além de ser uma exigência dos homens do nosso tempo, trata-se de algo inteiramente de acordo com a vontade do Criador. (36)

... Seja permitido, por isso, deplorar certas atitudes de espírito que não faltaram entre os mesmos cristãos, por não reconhecerem suficientemente a legítima autonomia da ciência e que, pelas disputas e controvérsias a que deram origem, levaram muitos espíritos a pensar que a fé e a ciência eram incompatíveis. (36).

Sobre o novo papel dos leigos

(tudo isto era novo, não só porque o era para a Igreja Universal, como o era de sobremaneira para a Igreja que está em Portugal, em que esta novidade conciliar e da Gaudium et Spes soprava do mesmo lado da liberdade política, finalmente reconquistada pelos portugueses)

sobre o papel dos leigos a Encíclica afirma:

“Os leigos, que devem tomar parte activa em toda a vida da Igreja, não devem apenas impregnar o mundo com o espírito cristão, mas são também chamados a serem testemunhas de Cristo, em todas as circunstâncias, no seio da comunidade humana.” (43)

“Os cristãos que desempenham parte activa no actual desenvolvimento económico-social e lutam pela justiça e pela caridade, estejam convencidos de que podem contribuir muito para o bem da humanidade e paz do mundo. Em todas estas actividades, quer sòzinhos quer associados, sejam exemplo para todos. Adquirindo a competência e experiência absolutamente indispensáveis, respeitem a devida hierarquia entre as actividades terrenas, fiéis a Cristo e ao seu Evangelho, de maneira que toda a sua vida, tanto individual como social, seja penetrada do espírito das bem-aventuranças, e especialmente do espírito de pobreza. Todo aquele que, obedecendo a Cristo, busca primeiramente o reino de Deus, recebe daí um amor mais

forte e mais puro, para ajudar os seus irmãos e realizar, sob o impulso da caridade, a obra da justiça.” (72).

Aprendemos o difícil caminho de situar o horizonte da nossa acção não em nós mesmos ou nas associações e nos partidos em que participávamos, mas nos pobres e na justiça, na realidade concreta que nos cercava e na verdadeira liberdade de todos os homens e do homem todo.

E mais ainda: *“quando a autoridade pública, excedendo os limites da própria competência, oprime os cidadãos, estes não se recusem às exigências objectivas do bem comum; mas é-lhes lícito, dentro dos limites traçados pela lei natural e pelo Evangelho, defender os próprios direitos e os dos seus concidadãos, contra o abuso desta autoridade (74).*

Na minha acção, uma vez que vim logo em 1975 para Lisboa, para coordenador da JEC, no período entusiasmante e conturbado do pós-25 de Abril, as renovadas palavras do Concílio ecoavam fundo no meu coração e faziam parte da nossa própria palavra e esperança.

“Os que são ou podem tornar-se aptos para exercer a difícil e muito nobre arte da política, preparem-se para ela; e procurem exercê-la sem pensar no interesse próprio ou em vantagens materiais. Procedam com inteireza e prudência contra a injustiça e a opressão, contra o arbitrário domínio de uma pessoa ou de um partido, e contra a intolerância. E dediquem-se com sinceridade e equidade, mais ainda, com caridade e fortaleza política, ao bem de todos.” (75).

Ao pronunciar-se deste modo, a Igreja tinha a capacidade de falar uma linguagem perceptível e actual, tendo, por isso, entrada directa num universo cultural bastante largo, chegando até ao coração dos “crentes e dos não-crentes”, com autoridade (não a sua, sabemos nós, mas a de Cristo).

Este representa um outro aspecto desta Encíclica que sempre me marcou: a abertura desta Palavra da Igreja a todos os seres humanos, irmanados nos mesmos grandes desígnios, como

irmãos e filhos de Deus. Naquela altura isso foi fundamental para criar em nós um forte espírito de abertura e de tolerância, de acolhimento do que é diferente e igualmente digno, do ponto de vista humano. *“Ainda que rejeite inteiramente o ateísmo, todavia a Igreja proclama sinceramente que todos os homens, crentes e não-crentes, devem contribuir para a recta construção do mundo no qual vivem em comum. O que não é possível sem um prudente e sincero diálogo.”* (21)

E reafirma no penúltimo número da encíclica: *“Por nossa parte, o desejo de um tal diálogo, guiado apenas pelo amor pela verdade e com a necessária prudência, não exclui ninguém; nem aqueles que cultivam os altos valores do espírito humano, sem ainda conhecerem o seu autor; nem aqueles que se opõem à Igreja, e de várias maneiras a perseguem. Como Deus Pai é o princípio e o fim de todos eles, todos somos chamados a ser irmãos. Por isso, chamados pela mesma vocação humana e divina, podemos e devemos cooperar pacificamente, sem violência nem engano, na edificação do mundo na verdadeira paz.”* (92). Para mim, em particular, e para todos os meus colegas dirigentes da Acção Católica, aquele era um tempo em que afirmar a pluralidade das opções dos cristãos inseridos na política representava qualquer coisa irrecusável, mas muito difícil de gerir.

Procurei, pela minha parte, reservar uma posição de não filiação partidária, para melhor assegurar uma equidistância facilitadora da liberdade de interrogação de todos e de mim próprio, mas senti sempre muito incómodo, pois as opções políticas de cada cristão, em consciência, sempre foram e são as mais fiéis ao Evangelho. A aprendizagem desta liberdade sempre a fiz a custo, talvez porque seja filho de um ambiente repressivo, mas ao mesmo tempo, fi-lo com imensa alegria. Os conflitos e as tensões não eram raros. Graças aos dirigentes mais velhos e aos assistentes e aos bispos, que tiveram nessa altura uma enorme paciência para estarem connosco e connosco dialogarem, aprendi a respeitar os outros e a esgrimir, neste quadro de respeito mútuo, as minhas próprias convicções. A Igreja hierárquica, que na altura merecia e continua a merecer tantas

críticas da nossa parte, graças a Deus, teve homens capazes de estar à altura do momento e de nos confrontarem pedagogicamente com a Palavra de Deus e do Concílio, como, por exemplo, D. Maurílio Gouveia, o Padre António Janela e o Padre Alberto Neto (em Lisboa) e o Padre António Marto (no Porto), para citar apenas alguns.

A liberdade e o diálogo não faziam parte de um exercício para os outros, os que militam na política, os que têm de sujar as mãos neste mundo, mas algo intrínseco ao sermos Igreja. Diz a GeS: *“Muitas vezes, a concepção cristã da vida incliná-los-á para determinada solução, em certas circunstâncias concretas. Outros fiéis, porém, com não menos sinceridade, pensarão diferentemente acerca do mesmo assunto, como tantas vezes acontece, e legitimamente. Embora as soluções propostas por uma e outra parte, mesmo independentemente da sua intenção, sejam por muitos fàcilmente vinculadas à mensagem evangélica, devem, no entanto, lembrar-se de que a ninguém é permitido, em tais casos, invocar exclusivamente a favor da própria opinião a autoridade da Igreja. Mas procurem sempre esclarecer-se mutuamente, num diálogo sincero, salvaguardando a caridade recíproca e atendendo, antes de mais, ao bem comum.”* (43)

E mais adiante diz-se:

“Isto exige, em primeiro lugar, que, reconhecendo toda a legítima diversidade, promovamos na própria Igreja a mútua estima, respeito e concórdia, em ordem a estabelecer entre todos os que formam o Povo de Deus, pastores ou fiéis, um diálogo cada vez mais fecundo. Porque o que une entre si os fiéis é bem mais forte do que o que os divide: haja unidade no necessário, liberdade no que é duvidoso, e em tudo caridade.”(92).

A pessoa humana: princípio, sujeito e fim

A centralidade da pessoa humana nos mais variados processos sociais constituiu sempre uma outra referência nuclear que

marcou, não só aqueles tempos, mas todo o meu modo de estar em sociedade. De um “personalismo” que aprendi com Emmanuel Mounier (1905-1950) até esta afirmação verdadeiramente estrutural da nossa fé que consiste na dignidade inviolável da pessoa humana, pois cada uma é um lugar único habitado por Deus e meu irmão e minha irmã, fui aprendendo a tomar consciência do quanto estava a ser gerado no mais fundo de mim mesmo e que marcaria todo o meu modo de ser e estar.

Diz a *Gaudium et Spes*: “Com efeito, a pessoa humana, (...) é e deve ser o princípio, o sujeito e o fim de todas as instituições sociais.” (25). E prossegue: “... o Concílio recomenda a reverência para com o homem, de maneira que cada um deve considerar o próximo, sem exceção, como um «outro eu», tendo em conta, antes de mais, a sua vida e os meios necessários para a levar dignamente, (...).

Sobretudo em nossos dias, urge a obrigação de nos tornarmos o próximo de todo e qualquer homem, e de o servir efectivamente quando vem ao nosso encontro - quer seja o ancião, abandonado de todos, ou o operário estrangeiro injustamente desprezado, ou o exilado, ou o filho duma união ilegítima que sofre injustamente por causa dum pecado que não cometeu, ou o indigente que interpela a nossa consciência, recordando a palavra do Senhor: «todas as vezes que o fizestes a um destes meus irmãos mais pequeninos, a mim o fizestes» (Mt. 25,40). (27).

Mais tarde, muito mais tarde, esta descoberta teria outra leitura ainda mais completa, no meu encontro com outro Emmanuel (Deus conosco!), Emmanuel Levinás: a sua filosofia do rosto, rosto diante do qual eu assumo a minha responsabilidade humana de cuidar do outro como “outra liberdade”, rosto que é a epifania do próprio Deus.

Daqui decorrem muitas e variadas estradas, sendo uma delas a da justiça e a da luta contra todas as formas de discriminação. Pode parecer pouco, mas tudo isto dá estrutura a uma pessoa, dá-lhe os esteios e implanta-os numa rocha.

“deve superar-se e eliminar-se, como contrária à vontade de

Deus, qualquer forma social ou cultural de discriminação, quanto aos direitos fundamentais da pessoa, por razão do sexo, raça, cor, condição social, língua ou religião. É realmente de lamentar que esses direitos fundamentais da pessoa ainda não sejam respeitados em toda a parte. Por exemplo, quando se nega à mulher o poder de escolher livremente o esposo ou o estado de vida ou de conseguir uma educação e cultura iguais às do homem.

Além disso, embora entre os homens haja justas diferenças, a igual dignidade pessoal postula, no entanto, que se chegue a condições de vida mais humanas e justas. Com efeito, as excessivas desigualdades económicas e sociais entre os membros e povos da única família humana provocam o escândalo e são obstáculo à justiça social, à equidade, à dignidade da pessoa humana e, finalmente, à paz social e internacional. (29).

A guerra colonial, não o esqueço nunca, levava-nos os amigos, que não regressavam, e escravizava povos pacíficos e em vias de desenvolvimento; o “caso da Capela do Rato” entrava-nos pelos olhos dentro, pois “os de Cristo”, com gosto de dizer o meu actual Bispo, também lá estavam, na primeira linha da defesa da dignidade humana, aqui como em África.

E, finalmente, uma outra ideia de justiça, que sempre ficou a ecoar sobre as nossas cabeças, foi essa difícil e desafiadora mensagem do Concílio e da *Gaudium et Spes*, do “destino universal dos bens”.

“Deus destinou a terra com tudo o que ela contém para uso de todos os homens e povos; de modo que os bens criados devem chegar equitativamente às mãos de todos, segundo a justiça, secundada pela caridade (8). Sejam quais forem as formas de propriedade, conforme as legítimas instituições dos povos e segundo as diferentes e mutáveis circunstâncias, deve-se sempre atender a este destino universal dos bens” (69). Como ler este desafio? Como o concretizar, desde a nossa comunidade territorial local até ao conjunto do planeta azul? Como o ir tornando realidade concreta nas concretas realidades que são as

nossas, sem temer que ainda não o seja uma realidade omnipresente? Em que é que acreditamos verdadeiramente ao atendermos a *este destino universal dos bens*?

Da cristandade à tempestade

Descrito tão rapidamente este arco temporal, importa finalmente referir que havia uma outra parte da história que nós não conhecíamos, seja porque éramos demasiado jovens, seja porque pensávamos que o futuro ainda iria ser o que estava para ser. Em poucos anos, porém, sobreveio uma verdadeira tempestade na sociedade portuguesa e nas práticas religiosas dos portugueses. Foi um tempo da vassourada, de profundo e longo desgaste, um tempo que ainda não acabou. Talvez estejamos ainda e só no seu início.

O catolicismo tradicional não resistiu, o tempo da cristandade ruiu (apesar de muita hierarquia e laicado ainda hoje lá viverem com a cabeça). E ruiu assim, ruidosamente, diante dos nossos olhos e ouvidos. Entraram pela enchurrada abaixo, assustadoramente, os casamentos e os divórcios, as famílias e os filhos, a religião e o sagrado, as tradicionais práticas religiosas e da Igreja, princípios e valores, sobreveio a laicização e o laicismo militante... E não fomos só nós que experimentamos estes processos, mas todo o mundo Ocidental. A tudo isto somaram-se rápidas transformações tecnológicas, políticas e económicas; o mundo bipolar cedeu o lugar a um mundo multipolar, cuja evolução é de muito difícil previsão. As democracias esgotam-se em representação e espectáculo, a cidadania em mercadoria e o capitalismo em especulação financeira sem limites.

Não era nada disto que estava escrito no livro aberto para nós com o 25 de Abril e com o Concílio (pensávamos que ser humano é controlar o tempo e a história!). Para nós, portugueses, então, tudo se passou muito rapidamente. Passaram-se, de facto, menos de quarenta anos sobre o 25 de Abril e já vivemos, nos dias de hoje, numa sociedade e num quadro político em que se reiniciam processos sumários de perseguição de pessoas pela sua livre opinião e pelo facto de

serem católicos. Passámos directamente do tempo da cristandade para o tempo da tempestade. E é neste novo tempo que estamos mergulhados até aos olhos.

Apesar disso e de Cristo, a Igreja constantiniana manteve-se de pé e de nariz bem empinado, e entrou no século XXI ainda meio perdida entre o *sacerdotium* e o *imperium*. Os tempos são outros e os seus sinais também. Mas, convenhamos: é muita mudança para corações tão frágeis e demasiada velocidade para olhos tão desconexos com a velocidade do Espírito!

Epílogo

Só posso regressar ao início e voltar a abrir os meus olhos e despertar os meus ouvidos, é aqui, na realidade de hoje, que estão os novos sinais dos tempos: “*As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração.*” Infelizmente, há imensas realidades humanas que encontram um eco muito limitado no nosso coração. No tempo da tempestade, hoje até mais propriamente no olho do furacão, ainda não digerimos a perda do paradigma cultural do tempo da cristandade. Não lhe fizemos o luto e isso deve continuar a ser feito, para podermos passar adiante e abrir de novo e mais livremente o nosso coração.

Hoje estamos num tempo de desorientação, de desânimo, de grandes desigualdades e injustiças sociais e de pessimismo sobre o futuro, um tempo de indignação, como se mais nada houvesse para fazer do que indignar-se, um tempo exactamente ao contrário do dos anos sessenta, inscritos que estes estiveram no meio dos “trinta gloriosos” anos que o Ocidente viveu e a Europa em particular experimentou...o tempo da *gaudium et spes*, da alegria e da esperança.

Estamos, hoje, num tempo bem diferente, o da terceira e quarta palavras da Encíclica, o do *luctus et angor*, a percorrer o “vale da morte” de uma crise social e cultural que nos vai continuar a atormentar, particularmente aqui, em Portugal.

(reparei que o medo se escreve com as mesmas letras do demo)

E a nossa voz, onde está? Os de Cristo por onde andam?
Que belo arco me foi dado viver! Como estou grato a tantas pessoas e à minha comunidade eclesial por ter vivido e por continuar a viver no seu seio este caminho de discípulo de Cristo.

Há um enorme vazio aberto no mundo! Um mundo sem Deus! Há um enorme vazio aberto no coração do ser humano. Um homem sem Deus! Há muita, muita sede!
Nunca pensei que, em democracia, viesse a ter mais sede do que em 1973, em ditadura. Mas, de facto, é importante que esta sede ocorra. De facto, a Igreja não se casou nem com este regime democrático, nem com este regime capitalista, apenas convive e cresce dentro deles, tendo de continuar a afirmar aí a dignidade da pessoa humana, a justiça e a fraternidade entre todos os seres humanos.

Hoje, dou graças a Deus, nosso Pai, de quem me tornei mais e mais próximo, e por isso, mais irmão dos meus irmãos, a Jesus que nos visitou e se fez um de nós e ao Espírito que soprou em 1962-65 sobre os padres do Sínodo e que agora continua a soprar sobre a nossa história, no meio desta tempestade!
Há uns séculos atrás, também no meio de uma tempestade que entretanto se tinha levantado, Jesus disse: por que temeis, homens de pouca fé?

Como disse Isaac de Nínive, “A palavra é o órgão do mundo presente. O silêncio é o mistério do mundo que está a chegar”.

Joaquim Azevedo
Porto, Junho de 2012